



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 14

Sessão Ordinária Junho

3.º Reunião em 06/07/2018

Aos seis dias do mês de Julho do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Débora Eunice Silveira Lopes, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Raúl Ventura Martins, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, Rosa Maria Gouveia Seródio, João Carlos Rodrigues Morgado, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.[.001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião faltaram os deputados municipais Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Rui Carlos Medeiros Alvarenga e o Presidente de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram nesta reunião da sessão os Vereadores Luis Miguel Capão Filipe e Joana da Fonseca Valente

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão dos vogais, Carlos Francisco da Cunha Picado, pelo sucedâneo na lista de candidatura, Joaquim Albertino Simões de Oliveira.[.002](#)

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Henrique da Rocha Vieira, Antero Marques dos Santos, e António Augusto Cruz de Aguiar, se fizeram substituir nesta reunião da sessão, respectivamente, por Débora Eunice Silveira Lopes, Nuno Frederico Miranda Leite, Miguel António Costa da Silva, e Rosa Maria Gouveia Seródio.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia deu continuidade à *Ordem-do-Dia* da Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 4 - Apreciação e votação da Moção "Mais Cuidados de Saúde para a População de Nossa Senhora de Fátima";

Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação "Encerramento das Grandes Superfícies Comerciais aos Domingos e Feriados à tarde".

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁰³

"Senhor Presidente, dá-me licença que interpele a Mesa antes de iniciar materialmente os trabalhos? E a primeira pergunta é para confirmar porque recebemos nos nossos emails umas exposições de um munícipe aveirense que assina Diamantino Jorge. A primeira pergunta é se é o Diamantino Jorge que foi Presidente da Junta de Requeixo? Se o Senhor Presidente soubesse.

A segunda é se mais algum cidadão endereçou à Mesa da Assembleia algum tipo de exposição semelhante?

É apenas isto."

Presidente da Mesa⁰⁰⁴

"Se é um ex-autarca, confesso, não se identificou como tal. Mas a Mesa informa que sim. Quanto à segunda questão recebemos apenas essa exposição e a opção que se tomou foi a de circular por todos os deputados porque entendemos que estamos também aqui para receber os contributos e as posições dos cidadãos. E depois cada um fará a sua apreciação."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento ⁰⁰⁶

"Senhor Presidente, um protesto. Protesto por na última reunião não ter sido possível terminar os trabalhos destes dois pontos que faltavam, aproveitando como os proponentes das Moções têm dito, a presença de mais público que tivesse acesso à discussão dos cuidados de saúde no concelho."

Presidente da Mesa⁰⁰⁷

"Muito bem senhor deputado. Mas vamos então passar à apreciação desta moção apresentada pelo bloco de esquerda, que diz respeito a "Mais Cuidados de Saúde para a população de Nossa «Senhora de Fátima".

Ponto 4 - Apreciação e votação da Moção "Mais Cuidados de Saúde para a População de Nossa Senhora de Fátima".

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente⁰⁰⁵ da Moção (Partido Bloco de Esquerda) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Virgínia Matos (BE):⁰⁰⁸

"Muito boa noite excelentíssimo Senhor Presidente. Muito boa noite a todos os presentes. O Bloco de Esquerda traz aqui esta proposta, esta noite a discussão por não ser um assunto novo e por se achar que a situação que se vive em Nossa Senhora de Fátima é realmente uma situação dramática para aquelas gentes. O Bloco já que trouxe esta situação, portanto, já reportou na Sessão Ordinária de Abril, na altura no ponto de antes

da ordem do dia. E a situação mantém-se e continua. E a população fez-se ouvir e fez chegar inúmeras queixas junto do Bloco de Esquerda, sobre a situação que se vive então em relação aos cuidados de saúde.

No dia 21 de Maio a população de Nossa Senhora de Fátima juntou-se e fez uma manifestação na porta da Unidade de Saúde, a que se juntaram cerca de 100 pessoas, a maior manifestação vista naquela freguesia até agora, e pediam mais cuidados médicos para a população de Nossa Senhora de Fátima.

Neste momento aquela população tem cuidados médicos apenas uma vez por semana durante 3 horas o que é manifestamente insuficiente e sentem que, não têm capacidade não têm os meios, para se deslocarem a outras Unidades de Saúde, conforme lhes é proposto.

Tendo em conta a situação com os transportes que também não é favorável, é muito difícil àquela população deslocar-se às alternativas que lhe são oferecidas pela Unidade que neste momento labora em Nossa Senhora de Fátima.

O Bloco de Esquerda levou também este assunto à Assembleia da República, onde apresentou uma proposta que foi aprovada por maioria, que dava razão à população e que dizia que a população necessitava de mais tempo de médico ao dispor durante a semana para os seus cuidados de saúde.

Isto porque na lógica de que é uma medicina preventiva e não curativa, que é o que o Serviço Nacional de Saúde se propõe ser, não dá para proporcionar àquelas gentes um cuidado de uma vez por semana durante 3 horas, obrigando-os a irem para lá de madrugada, para estar a aguardar até à tarde, para ter ou não uma consulta dependendo da situação.

Portanto, o Bloco traz aqui hoje esta moção. Em que propõe na Assembleia Municipal de Aveiro o seguinte: Solidarizar-se com a luta da população para o atendimento médico mais alargada em Nossa Senhora de Fátima. Solicitar ao Governo e o Serviço Nacional de Saúde que desenvolvam todas as medidas necessárias para o reforço do atendimento médico na Unidade de Saúde de Nossa Senhora de Fátima, da Unidade de Cuidados de Saúde personalizados Aveiro 2, aumentando o número de dias e horas semanais com presença do médico. E a garantia de cuidados de enfermagem durante todos os dias úteis na Unidade de Saúde de Nossa Senhora de Fátima.

Em último enviar presente moção para o Ministério da Saúde para o Ministério das Finanças e para os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República e para o Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga."

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)⁰¹¹

Vogal Miguel Costa Silva (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰¹²

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados, público em geral. Efetivamente a população mais prejudicada nesta matéria tem sido Nossa Senhora de Fátima já que desde 2009 que os utentes têm-se visto privados de assistência contínua de Médico de Família.

Os longos períodos de ausência do Médico de Família então colocado e as sucessivas substituições, até ao presente, conduziram a que muitos utentes deixassem de estar inscritos nesta extensão de saúde. Mas não é legítimo olharmos apenas para os números. Os utentes existem em Nossa senhora de Fátima.

Face ao péssimo serviço que lhes tem sido apresentado, tem-se visto na obrigação de recorrer a outros serviços, inclusivamente alguns são aliciados para integrar as unidades saúde familiares criadas mais recentemente. A exemplo, em Requeixo os utentes são convidados a mudar para Eixo.

Foi recentemente solicitado ao Senhor Diretor do ACES do Baixo Vouga, que dividisse o horário do clínico está em Nariz por Nossa Senhora de Fátima, porque seria mais fácil o Médico, dividir-se do que as pessoas sem grandes capacidades de transporte se puderem deslocar de Nossa Senhora de Fátima a Nariz. Isto foi até agora recusado.

Sabemos que a Saúde não é uma competência da Junta de freguesia nem na Câmara Municipal de Aveiro. Mas procuramos o bem-estar da população e, por isso apoiamos nossos habitantes na reintegração dos seus direitos.

A freguesia tudo tem feito para colaborar. Designadamente ao nível de pequenas reparações, de disponibilização de recursos humanos, quer no serviço de limpeza, quer nos apoios administrativos.

Mas o problema não é só em Nossa Senhora de Fátima, convém registar. Em Requeixo o Médico encontra-se em idade de reforma e pode sair a qualquer momento.

O clínico colocado há umas semanas atrás em Nariz, segundo o que nos foi dado a saber, está a encetar diligências para poder ser transferido.

Em Eixo como se sabe vão acontecer obras de requalificação para se criar uma USF e a pergunta é a seguinte: o que vai acontecer a Requeixo/Fátima/Nariz?

Solicitamos a todos e especialmente ao Governo, que é quem pode ter a palavra-chave nisto tudo que nos ajude e olhe esta situação nestas três freguesias com um olhar especial, porque realmente a Saúde é fundamental. É o que nós temos a dizer. Muito obrigado

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [013](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. Temos aqui uma proposta do Bloco com um problema que é do conhecimento geral. Mas é uma proposta muito redutora relativamente ao que se passa com a Saúde no Concelho de Aveiro.

Tal como o orador que me antecedeu referiu também Eixo tem problemas, São Jacinto tem problemas, o Hospital tem problemas — e tudo isto advém de falta de financiamento.

Acontece que quem propõe esta Moção, bem como outros que aqui se juntaram, são os mesmos que apoiam o Governo que elabora o orçamento e que não dá verbas para nós termos estes Cuidados de Saúde como devíamos ter.

Portanto é um contra-senso virem aqui apresentar uma proposta contra a política do Governo e em Lisboa votarem a favor do Orçamento do Governo.

Não faz mesmo qualquer sentido. E, portanto, como é óbvio, nós não alinhámos neste tipo de moções porque se calhar na próxima Assembleia vem com outra freguesia, depois outra freguesia e andamos sempre a falar no mesmo.

O problema resolve-se em Lisboa e é o Governo que tem que resolver. E quem apoia o Governo tem de dizer ao Governo como é que deve resolver as coisas. E se não está de acordo vota contra o Orçamento do Governo. Disse."

Vogal Rita Batista (BE) [014](#)

Vogal Jorge Greno (CDS) [015](#)

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [016](#)

"A situação descrita ali pela minha colega Virgínia já não é nova com ela referiu. E o PS Aveiro tem vindo efetuar algumas diligências para a auscultar e tentar resolver os problemas desta, não só desta, mas também de outras populações no que diz respeito à saúde. No dia 21 de Maio o PS Aveiro esteve presente a auscultar então a população e no passado dia 5 de Junho, o nosso deputado Filipe Neto Brandão fez uma intervenção na Assembleia da República, mostrando isso mesmo. Mostrando as dificuldades, também mostrando que, como disse o colega de Nossa Senhora de Fátima, que oficialmente os

números inscritos não são os das pessoas. Porque oficialmente estão 197 inscritos e Nossa Senhora de Fátima, mas nós sabemos que os outros utentes foram para outras unidades de saúde.

E, pronto. Nós temos vindo a reiterar este problema que se arrasta desde 2013. Em 2013 sabemos que o clínico aí colocado tinha reiterada ausência e muitos utentes Nossa Senhora de Fátima viram-se obrigados a ir para outras unidades.

Pelo exposto nós iremos votar favoravelmente esta Moção, porque é um trabalho que nós também temos vindo a desenvolver. Temos essa preocupação não só em Nossa Senhora de Fátima, mas também o nosso deputado por Aveiro tem vindo a fazer intervenções na área da saúde relativamente a São Jacinto. E relativamente a Eixo igualmente.

Portanto, foram várias intervenções do deputado por Aveiro que mostra a preocupação pela Saúde para chamar a atenção ao Governo Central de alguns problemas que só assim pode da poderemos fazer chegar."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Sara Tavares (PS) ⁰¹⁸

Vogal Raul Martins (PS)⁰¹⁹

Presidente da Mesa⁰²⁰

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰²¹

"Obrigado Senhor Presidente. Saudar a Mesa a digníssima Câmara os Senhores deputados e todos os presentes. Só para dar aqui uma indicação e em primeiro lugar. As freguesias de Requeixo/Nossa Senhora de Fátima/Nariz que é o que está aqui em causa na Moção, tem toda a razão há muito tempo.

E eu acho muito estranho que esta moção venha agora quando a senhora deputada diz que já foi aprovada na Assembleia da República uma resolução para resolver este problema! Então faz algum sentido nós estarmos aqui a nível municipal, discutir uma coisa que a nível superior diz que já foi resolvido?

Se já foi resolvida não faz sentido. O problema que faz sentido e nós denunciar-mos a incapacidade (para ser benévolo na formulação) do Ministério da Saúde resolver esta situação.

Os Senhores supostamente têm poderes para o fazer, porque não o fizeram até agora? Digam porque não o fazem. E, portanto, isto é só conversa fiada mais nada. Porque o que está aqui em causa é o Ministério da Saúde que tem que resolver este problema. Seja a nível central ou a nível regional.

Achei muito estranho a indicação da senhora deputada, de que também se deveria enviar para o Ministério das Finanças. Então mas isto não é com o Ministério da Saúde?

O problema é este será que nós hoje quando olhamos os telejornais, interrogo-me às vezes eu, mas será que ainda temos Ministério da Saúde?

Ó senhora deputada eu, como presidente de junta, como sabe ou deve saber, foi constituído em Cacia uma Unidade de Saúde Familiar que estava instalada em contentores e que na altura se dizia que esses contentores viriam para o Hospital de Aveiro para uma remodelação que ia ser feita.

Passou-se tempo e isso nunca aconteceu. Eu reclamei para o ACES local aqui em Aveiro sem resposta. Depois falei com o responsável do Hospital que já depois tinha resolvido o seu problema e que me disse efetivamente os contentores estavam designados para o Hospital de Aveiro, mas não me foi autorizada e eu tive de gastar umas centenas de milhares de euros a instalar outros. Isto é o Ministério da Saúde que temos.

Eu fiz uma exposição à ARS-Centro e que me disseram (e já lá vão mais de ano e meio) que os contentores iriam imediatamente inseridos numa Unidade de Saúde em Chelas-

Coimbra e que rapidamente iriam sair. Ainda lá estão a degradar-se, a serem vandalizados!?

Saibam que isto é dinheiro dos contribuintes. Então isso não vos diz nada? Olhem, eu vou votar contra porque acho isto deve ser resolvido por quem nos governa e não por nós que não governamos a Saúde no país."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰²²

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²³

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰²⁴

"Boa noite ao Executivo e colegas de Assembleia. Eu acho que, estas matérias, são matérias efectivamente muito importantes e muito preocupantes. Trata-se de saúde como foi aqui referido muitas vezes de pessoas idosas que têm mais dificuldades sob todos os pontos de vista e, portanto, elas devem ser tratadas com seriedade, sem populismos à mistura, de uma forma eficaz e com uma argumentação bastante forte e coerente.

Esta moção que aqui traz, tem tudo menos isto — em minha opinião. Eu gostava de perceber num assunto tão sério e as argumentações que foram apresentadas que demonstra uma preocupação tão grande para com os municípios que estão neste caso em Nossa Senhora de Fátima, privados destes cuidados de saúde, eu gostava de saber qual foi a argumentação para excluir Nariz e Requeixo e todas as outras freguesias que estão a viver exatamente o mesmo tipo de problemas. Foi porquê? Foi porque houve uma manifestação. Eu digo se este é o critério, isto não está a ser tratado de forma séria. Tratado de forma séria e quando a deputada do Bloco de Esquerda vem aqui dizer que também há uma responsabilidade política municipal, eu estava à espera que ela viesse puxar do exercício que o executivo deve fazer junto de quem de direito para pôr a pressão devida para que este problema se resolva de uma vez por todas. Porque nós já falamos sobre isto há muitos meses. E o Presidente da Câmara já aqui muitas vezes o tem dito, que numa base semanal faz dois ou três contactos com quem de direito para ver se resolve este problema. Isto é tratar de forma séria. Não é Nossa Senhora de Fátima. São todas as freguesias têm este problema não vamos discriminar aqui alguns municípios em detrimento de outros. O problema é sério para todos, não é só para alguns.

E, portanto, este critério que está subjacente esta moção eu confesso que não o compreendo. E a argumentação é tão pobre que a páginas tantas, mistura este problema sério de Saúde com problema dos Transportes!?! Bem então se essa é a causa deviam colocar aqui uma recomendação ao nível dos transportes. Portanto, está profundamente errada, vamos ser sérios a tratar deste assunto, vamos pensar em todos e vamos resolver isto para todos.

E, obviamente, aqueles que mais influências podem ter, pela simples razão de fazerem parte de um Governo ou serem deputados da nação, então façam lá a pressão devida, nas instâncias devidas.

Eu estou totalmente de acordo com o Casimiro Calafate, não venham é trazer um assunto destes desta forma. Mal organizado, mal embrulhado, a uma Assembleia Municipal onde nós não temos poder nenhum a não ser o tal poder político que não é aquele que falou, mas é capacidade de influência que o executivo tem que ter junto das entidades devidas, para resolver efetivamente este problema.

E só para concluir dizer o seguinte. Ainda mais me espanta isto, quando uma das deputadas do Bloco de Esquerda é uma pessoa que conhece o metiê, trabalha neste setor, e isso aqui deveria ajudá-la a fazer uma leitura certa, adequada e séria sobre o que se passa aqui. Porque eu digo-vos uma coisa, eu não sei se as senhoras deputadas estiveram nesta manifestação? Mas eu, se estivesse, sentir-me-ia profundamente envergonhado em

participar numa manifestação destas onde eu tenho responsabilidade em resolver o problema. É um atestado não sei de quê de incompetência, no mínimo. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁵

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰²⁶

Presidente da Mesa⁰²⁷

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²⁹

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰³⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³²

"Muito obrigado. Realmente acho que está tudo muito claro neste debate e nestes objetivos todos. Eu queria apenas dar dois tipos de informação. A primeira é que o que está aqui em causa, na base, é um problema estrutural. E é um problema de opções de investimento. O que se passa no município de Aveiro é que na área do município, os cidadãos que aí residem onde não há cobertura de Unidade Saúde Familiar, onde o regime ainda é das UCSP as antiga extensões de saúde como ainda lhe chamamos, não há qualidade no serviço. Ponto final parágrafo.

Ou porque os médicos que estão lá, estão em fim de carreira e vão-se embora para a reforma (normal) ou porque vão médicos sem qualidade. Está a pressionar os médicos que não tem qualidade. O que vão são médicos novos que chegam e se vão embora muito rapidamente porque estão à espera de concursos e colocações e, portanto, o seu tempo de permanência é curto. E como é que isto se resolve? Isto resolve-se com a criação de novas USF. Só que tem um problema. Primeira a opção política de um governo que não toma essa decisão política. Não é só Aveiro que está a pedir mais USF e muito território do país que está a pedir. Porquê? Porque todos os relatórios de medição de qualidade feitos pelo próprio Ministério da Saúde, dizem claramente que a qualidade da prestação do serviço pelos seus critérios, relatórios de avaliação de qualidade do próprio ministério, que a qualidade nas USF é muito superior à qualidade das Extensões de Saúde.

Só que sabemos outra coisa. É que é mais caro prestar cuidados de saúde numa USF do que prestar cuidados de saúde nas extensões de saúde.

Só que o que está aqui em causa é o que é que o país anda a fazer ao dinheiro? Porque a colecta de impostos vem crescendo, estamos em crescimento económico e, portanto, há uma massa financeira do Orçamento de Estado superior. Eu sou Presidente de Câmara já com o segundo Governo (tirando aquele mini governo de um mês que não conta para a história) e trabalhei este dossier com o mesmo empenho com este Governo com que trabalhei com o Governo anterior. Igual! Diligências telefónicas, reuniões, tudo igual. O problema não é novo. Agora o que é que é inacreditável e inaceitável. É que o problema está de facto, cada vez pior. E o Manuel prior disse isso com absoluta verdade. De facto, o problema está cada vez pior. Só que isto não faz sentido num país que está cada vez melhor!? Em crescimento económico, em colecta de impostos, isto não faz qualquer sentido.

Eu quero deixar esta nota que há aqui um problema estrutural. Eu ia dizer de erro de gestão do Ministério da Saúde. Mas a palavra erro está mal usada. É de facto de não gestão. Há vários territórios do país a reivindicar publicamente ao Governo, ao Ministério da Saúde, que lance mais concursos para USFs. São precisas mais. Há mais equipas prontas para apresentar candidatura. Mas não. Porquê? Porquê não percebo, porque é que este país não tem uma política de investimento diferente na saúde. É só hossanas ou o António Arnaut (com respeito agora pela sua alma já partiu) foi de facto o pai. Mas olhem o meu discurso de homenagem ao pai do SMS foi muito diferente do normal. "O rei vai

nu." O SMS vai mal. E nós temos que fazer uma grande homenagem ao SMS porque foi das coisas muito boas que a nossa democracia nos trouxe, mas que é que é preciso fazer? É preciso investir dele. É preciso pô-lo na ordem. É preciso acabar com as listas de espera. Estamos no litoral do país e não sei se vocês sabem o que é que o Governo fez o ano passado? Pôs Médicos em sítios onde eles não são precisos, só porque houve incêndios! Vocês sabem disso? Vão sabendo. Só para fazer de conta que estamos a resolver o problema.

Portanto há aqui questões que são estruturais e que, de facto, esta demagogia incomoda. Olhem em vez de fazer "olhem nós apoiamos o Presidente da Câmara". Que já fez trinta reuniões com o ACES, quarenta com a ARSC, vinte com o Ministro da Saúde. "nós apoiamos o nosso presidente". Não, bom é fazer politiquice. Fazer de poder e de oposição ao mesmo tempo.

Segunda nota. Nós temos um problema sério em São Jacinto e temos um problema sério em Nariz/Fátima/Requeixo. E não temos um problema sério em Eixo por uma artificialidade. Embora, Miguel, não vale a pena o meu amigo também jogar o jogo da posição. Mas vai haver um problema em Eixo porque vai haver obras. Mas as obras não são problema para ninguém. A miséria em que está aquela estrutura é que é um problema. Não sei se já lá foi alguma vez, mas quando chove, isso é que é uma miséria. Quem é que vai resolver o problema não é o Ministério da Saúde porque não tem um engenheiro para mandar fazer uma obra. Foi a Câmara de Aveiro que teve de assumir. E só ainda não está o concurso lançado porque o Ministério já mudou de opinião trinta vezes em relação áquilo. Portanto não diga que vai haver um problema em Eixo porque há obras. Agora miséria em Eixo isso há lá muita. Eixo, estou a falar da extensão de Saúde. Mas se ler o relatório de avaliação do próprio Ministério da Saúde, Vai saber.

É por isso que muita gente de Fátima não está em Eixo inscrita. Esta inscrita na melhor USF que Aveiro tem que está em Santa Joana. É por isso que a USF de Santa Joana tem muitos mais médicos e utentes que Santa Joana justifica. Porquê? Porque tem muita gente de Fátima, Requeixo, Nariz, de Esgueira, de Cacia, etc.

É um problema estrutural que está em causa. E nós, Senhor Presidente e caros colegas, apresentámos já várias soluções ao Governo. Porque um dos problemas que está referenciado e que as unidades de um só médico não têm futuro. Cada vez mais os profissionais novos não querem trabalhar sozinhos. Há problemas de motivação. Há problemas para o próprio ministério, quando há uma falta ou quando há um atestado médico, porque os médicos também adoecem. Quando há férias é um problema para o Ministério substituir as pessoas. Em São Jacinto, quando o anterior médico antes de se reformar, porque tinha direito às suas férias, disseram-lhe que o Ministério não tinha capacidade para por lá um médico durante um mês.

Portanto isto é também um problema estrutural e não vale a pena andarmos a mentir uns aos outros porque isso é o pior que isto tem. E aqui estamos no exercício de mais outra mentira.

E o que é que nós dissemos ao Ministério com clareza meridiana ao nosso Director do ACES, à nossa Presidente da ARSC, e ao nosso secretário de Estado, a Câmara de Aveiro está disponível no Orçamento deste ano e no próximo ano (pelo menos) para sermos parte da construção de uma Unidade nova, que sirva com qualidade física toda esta zona do nosso município e instalar um sistema de transportes dedicado, para que em vez deste problema de um médico que faz x horas num lugar e depois tem de ir a Nariz e depois a Requeixo, possamos ter dois ou três médicos num sítio, numa USF preferencialmente. Porque se não for com uma USF não vale a pena porque não vamos resolver problema nenhum, iremos quando muito aliviá-lo, e nós podemos ter uma solução que transporte as pessoas.

Agora o problema atual é este. Não é o transporte que é o problema. É a estrutura que o Ministério está a desenvolver que está completamente errada. E portanto vamos lá falar verdade, vamos lá falar lutar á séria e deixarmos esta demagogia que só serve para desprestigiar que assina coisas desta natureza. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Virgínia Matos (BE)⁰³³

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰³⁴

Vogal Virgínia Matos (BE)⁰³⁵

Presidente da Mesa⁰³⁷

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³⁹

"Eu quero relembrar alguns números que parece que estão esquecidos a nível nacional. A anterior governação tirou ao SNS cerca de mil milhões e o PS já repôs cerca de 70% desse valor, portanto 716 milhões de euros.

Entre 2015 e 2017 foram contratados 1900 médicos e 2944 Enfermeiros. A estes juntar-se 2 mil este mês como anunciou o Ministro da Saúde. Portanto são alguns números que eu gostava de lembrar. O Manuel Prior diz sempre quando alguém alerta que que as coisas não estão a ser feitas refere sempre que o caminho se faz caminhando!

O problema é que vocês caminham há doze anos e o governo caminha Há menos de 10. "

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁴⁰

"Dizer que eu ouvi atentamente a intervenção do Senhor Presidente de Câmara. E eu acho bem porque é a função para a qual foi eleito. É meu presidente de Câmara eleito democraticamente. Ora eu espero é que ele faça isso. Se só fez 20 reuniões se calhar não lhe deixaram fazer mais nenhuma. Mas se poder 21 que faça - estou nessa para apoiar o Senhor Presidente de Câmara. Não tem problema nenhum. Não me caiem os parentes na lama, nem a mim e julgo que nem ao meu partido.

Mas eu quero é saber se a coisa ao contrário também funciona? E o que eu ouvi da bancada do PSD foi o Senhor Calafate a dizer que vota contra. Vota contra!

Eu diria o seguinte: eu não gosto muito da Moção. Não gosto muito nem dos critérios da Moção. E isto é de facto um número do bloco de esquerda - não está em causa.

Mas o tema. Eu não me posso agarrar às palavras para deixar cair o tema. E agarrar-me de uma justificação semântica para votar contra. Sobre pena da própria bancada do PSD contrariar o próprio discurso do Senhor Presidente, que foi em relação à Unidade que o município deveria ter em defesa dos seus problemas. Portanto vamos lá todos ajudarmos uns aos outros."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴¹

"Senhor Presidente, apenas para responder ali à intervenção da Sara. Investimentos na Saúde; as cativações — enfim, basta ver os telejornais para ver se está melhor ou pior. Nem preciso de comentar muito. Mas nem é preciso sair da cidade. Isso que diz de haver mais médicos e enfermeiros isso é falso, é mentira. É uma mentira. Porque saiba que a Saúde não se trata com Enfermeiros nem com Médicos — é com horas de cuidados prestados. Claro que há mais alguns médicos e enfermeiros. Mas esquece que foram repostos os feriados, as trinta e cinco horas, o que quer dizer que todo esse aumento de profissionais há menos horas de prestação de cuidados de saúde. Percebeu cara deputada? Há menos horas de cuidados de saúde. Há menos prestação de cuidados de Saúde porque são mais Enfermeiros mas prestam menos horas de serviço. Todas reposições, no somatório de horas prestadas, são menos.

E quanto ainda à Moção há uma pergunta que faço como intervenção. O Bloco de Esquerda não respondeu, mas eu respondo por eles. É que em relação ao pouco investimento gostava de esclarecer como é o que o Bloco de Esquerda votou oi Orçamento de Estado? Este orçamento de Estado. Votou favoravelmente isto tudo."

Presidente da Mesa⁰⁴²

Vogal Sara Tavares (PS)⁰⁴³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) ⁰⁴⁴

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁵ ponto 4 - Apreciação e votação da Moção "Mais Cuidados de Saúde para a População de Nossa Senhora de Fátima" – feita pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda, sendo a mesma rejeitada, com dezanove votos contra (PSD14+CDS5), duas abstenções (PSD1+CDS1), treze votos a favor (PS10+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁴⁷

"O Bloco de Esquerda votou favoravelmente a Moção que aqui traz, obviamente, porque se tratava de cumprir um direito de acesso à saúde por parte da população de Nossa Senhora de Fátima. E lamentamos profundamente que não tenha sido esse o entendimento da maioria desta Assembleia e que não possa encaminhar esta Moção para que este problema seja solucionado em termos de cuidados de saúde primários essencial para uma população idosa como é a de Nossa Senhora de Fátima."

Vogal Miguel Costa Silva (CDS):⁰⁴⁸

"O nosso voto de abstenção justificasse pois a questão de saúde não pode ser reduzida ao problema em Nossa Senhora de Fátima. A questão é muito mais abrangente. Eixo, Nariz, Requeixo, São Jacinto, também têm problemas gravíssimos. Para finalizar gostávamos de agradecer o apoio todo que a Câmara nos tem dado e a todas as forças políticas. Muito obrigado."

Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação "Encerramento das Grandes Superfícies Comerciais aos Domingos e Feriados à tarde".

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao proponente⁰⁴⁹ da Moção (Partido Bloco de Esquerda) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁵⁰

"Senhor Presidente senhores e senhoras deputadas. Até 2010 as grandes superfícies encerravam aos Domingo e Feriados à tarde. Houve uma revogação da Portaria 153/96 o que tornou os municípios responsáveis pelo alargamento, ou pela restrição do horário dessas mesmas grandes superfícies. A Câmara Municipal de Aveiro optou pelo alargamento de horário permanecendo abertas aos domingos e feriados durante todo o dia.

Esta opção afetou o comércio tradicional de proximidade, criando uma situação desigual e portanto injusta, visto que se trata de este pequeno comércio incapaz de concorrer com as grandes superfícies. O que levou e leva ao encerramento de pequenas e médias empresas e à subsequente destruição dos postos de trabalho.

O alargamento de horário na sua proposição, advogava criação de postos de trabalho — o que também não se verificou.

Na realidade o alargamento de horário foi feito recorrendo ao alargamento de horas de trabalho por turnos em mais longos, rotatividade de turnos e implementação de banco de horas.

No que toca ao Turismo é igualmente prejudicial, já que é no comércio tradicional, pelas suas características regionais, que pode e deve fomentar esta economia local e regional. No que diz respeito aos trabalhadores e trabalhadoras deste setor o alargamento de horário, impede estes trabalhadores e trabalhadoras de fruir de dias tipificados como de descanso, como são os fins-de-semana e neste caso o Domingo.

É do conhecimento que estes trabalhadores e trabalhadoras, durante este ano, por várias vezes houve greves, precisamente, porque reivindicam o direito à conciliação da vida profissional e vida familiar, porque são contra a existência deste banco de horas e, portanto, esta Moção vai no sentido de dar respostas às expectativas destes trabalhadores poderem usufruir de dias de descanso como a maioria da população em Portugal.

É uma questão de justiça social. São estes trabalhadores da distribuição alimentar e do grande retalho dos mais mal pagos, quando é sabido que presidentes de executivos destes mesmos grupos, ganhou no ano o que estes trabalhadores precisavam trabalhar entre 44 a 155 anos para ganhar o mesmo que o seu presidente executivo.

Entramos assim num capítulo a indignidade social e, portanto, se esta Assembleia Municipal nada pode fazer quanto a esta matéria, pode fazê-lo numa reivindicação do direito ao descanso.

E é por isso que apresentamos esta Moção para que as grandes superfícies com área superior a 2 mil metros quadrados possam encerrar aos Domingos, dia 1 de Maio todo o dia e aos feriados durante a tarde."

Presidente da Assembleia⁰⁵¹

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵³

"Muito o brigado Senhor Presidente. Ora o Bloco de Esquerda traz-nos aqui uma proposta mais uma vez com o seu tom demagógico porque o país é um só e não faz qualquer sentido cada concelho ter os seus horários para grandes superfícies. A haver a aceitação desta recomendação que nos é trazida aqui, obviamente que as pessoas que usam as grandes superfícies, se não comprarem em Aveiro iriam a Ílhavo, Ovar, Coimbra, Viseu e, portanto, o resultado prático disto seria menos receita em Aveiro, mais desemprego em Aveiro, o que é fantástico vindo dum partido que está sempre a falar de desemprego e apresenta uma proposta que certamente levaria a despedimentos. e, portanto, isto é mais um folclore político que é o que temos tido aqui ultimamente e nós somos contra esta proposta."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵⁴

"Bem, esta moção do meu ponto de vista, não faz sentido nenhum, porque não está enquadrada com os municípios à volta e não estamos a imaginar as nossas grandes superfícies a fecharem e naturalmente os nossos municípios passarão a frequentar as grandes superfícies que estarão abertas nos municípios limítrofes. Como facilmente se percebe.

Isto foi, quando se fez a mudança da lei, estava aqui a ver isto foi até de até 2010, nem tinha a percepção disso, nem interessa qual é o Governo, mas isto é uma coisa que é habitualíssima no que é o Governo na República, seja de que partido for.

Quando a coisa pode correr mal ou se tem alguma suscetibilidade, etc passam ónus para o município para os municípios. Para os municípios depois decidirem, etc para que cada presidente de câmara, cada Assembleia Municipal, que faça à decisão disso.

E isto não pode ser. Tem de ser obviamente uma decisão nacional. O país tem que decidir que tipo de política é que quer.

Do meu ponto de vista não acha nada que colham os argumentos dos trabalhadores. Cada pessoa tem um ofício específico e há encargos que vêm com os ofícios. Quem trabalha na restauração e se abraça essa carreira profissional, que é muito difícil, provavelmente deve ser das carreiras mais difíceis, tem fatalmente que trabalhar na hora de almoço, à hora de jantar e as folgas.

O que se tem que fazer é : fazer uma percepção no Código de Trabalho, que faça ou que mitigue um bocadinho e que garanta direitos dos trabalhadores, como se está agora a discutir.

O Bloco de Esquerda tem depois a rate de vir misturar tudo. Tem o pejo de vir misturar depois o que são os vencimentos dos administradores das grandes empresas em comparação com o trabalhador menos bem pago da empresa. Isso é uma discussão que, eu até estou disposto se calhar a discutir isso com o Bloco de Esquerda, mas não é aqui. Nem é aqui nem neste tom.

E depois é misturar tudo e passa a ser uma salgalhada, etc. Eu votei a favor na outra Moção porque era uma coisa concreta, absolutamente concreta, do meu município. Que afeta pessoas do município, que eu amo. Este é exatamente o inverso. Isto é, exatamente o inverso. Não vejo nenhuma vantagem em fazer uma medida desgarrada. Só iria comprometer o município e, portanto, não percebo esta lógica do Bloco de em todas as Assembleia "encaixar" duas moções para fazer um brilhar de fim de festa.

Pessoalmente acho que só perde com isso. Do ponto de vista eleitoral, como partido opositor até fico satisfeito, e deve ter apresentado isto em todas as Assembleias do país, mas cada vez que fazem uma brincadeira destas só perdem com isso. Enquanto vocês não aprenderem a fazer isso, provavelmente irão ter muitos menos votos que aqueles que vocês acham que justamente merecem."

Vogal Raul Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵⁵

"Muito obrigado Senhor Presidente. Esta proposta de recomendação é uma proposta bastante interessante. Principalmente para os homens das gasoleiras. Porque a voltinha dos tristes assim era até aqui Aveiro, depois se isto fosse aprovado esta recomendação tinham de andar mais uns quilómetros e, portanto, tem de meter mais cinco euritos pra gasoil para ir aos híperes mais próximos.

Senhor Presidente, quando eu digo isto, tentando ser irónico, porque de facto há aqui algumas pessoas que falam com os trabalhadores na boca e esquecem-se que há pessoas que estiveram durante todo o dia a trabalhar e que vem aqui exercer o seu dever cívico, para aturar coisas destas.

Se for preciso, eu pessoalmente disponho-me se o for preciso, a assinar ai um papel e que se diga. lá para baixo, não sei para quem, lá para o Comité Central que o Bloco de Esquerda está vivo aqui Aveiro e atuante e não sei quantas mais.

Agora, por amor de Deus, não brinquem com as pessoas. Não o briguem as pessoas a vir para aqui ao fim de um dia de trabalho para aturar uma baboseira destas! Porque não faz nenhum sentido, nenhum sentido, nenhum sentido, é mesmo uma falta de respeito, embora seja, tenha como argumento o trabalho dos homens dos supermercados e das grandes superfícies, é uma falta de respeito para aqueles que aqui estão e que trabalham e que tem de vir para aqui perder tempo a discutir coisas destas. Disse."

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵⁶

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁵⁷

"Obrigado Senhor Presidente. Isto é uma moção que o Bloco de Esquerda aqui traz pela qual eu tenho muita simpatia. E porquê? Porque sendo eu de formação católica, entendo que o Sétimo Dia é para descanso.

E portanto saúdo a conversão do Bloco de Esquerda a este conceito. E, portanto, acho interessante.

Agora acho que é redutor. Porquê só as superfícies comerciais? Ó senhora deputada, eu trabalhei quase 30 anos numa empresa, por turnos rotativos. E sei qual o problema que nos cria em termos sociais e familiares o ir trabalhar ao Domingo, quando os outros vão gozar. Eu sei disso. Portanto faz todo o sentido que esta proposta não se restrinja aos grandes espaços comerciais. Mas, por exemplo, o Dr. Pires da Rosa levantou essa questão, estendam-na à restauração. Qual é a diferença entre os trabalhadores das grandes superfícies e os trabalhadores da restauração? Porque não se fecha a restauração ao Domingo? Olhe e uma proposta que o Bloco de Esquerda pode fazer a nível nacional, proibição total de trabalho ao Domingo em todas as atividades. Obrigado."

Vogal Glória Leite (PPD/PSD)⁰⁵⁸

Presidente Assembleia⁰⁵⁹

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁶⁰

Presidente da Assembleia⁰⁶¹

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁶³

"Boa noite. Começo por dizer que por muitas coisas que aqui já foram ditas e com as quais eu concordo, eu também não sou a favor do teor desta Moção.

Mas devo dizer-vos que apesar de não me ter contido nalgumas dos esgares que por aqui passaram, me desagrada bastante a demagogia, o paternalismo, e alguma manipulação que aqui foi introduzida neste debate. Porque não sendo nós perfeitos de maneira como olhamos para as propostas dos outros, primeiro deve ser independentemente de quem as apresenta e devemos ter alguma capacidade de acomodar os outros. De fazermos a valorização e não a desvalorização como eu vi aqui como ambiente da casa.

Por outro lado já falámos aqui da questão da competitividade inter-territorial e parece-me que essa é importante. E também já se falou da questão das desigualdades. Ou seja há aqui um problema, de facto, de que isto introduz desigualdades, no tratamento entre carreiras, entre pessoas, falou-se aqui do comércio formal, não institucionalizado, como eu lhe chamo, porque não inserido em centros comerciais também funciona fora de horas.

Por um lado parece-me que nós também não podemos querer resolver a partir de um assunto que é sectorial, todos os assuntos inclusivamente os dos cônjuges dos trabalhadores do Porto de Aveiro.

Agora o que me parece é que há aqui algumas questões que também não me parece que devam ser tratadas com leveza.

Obviamente que eu concordo de que isto pode ter alguma importância ou muita importância para algumas coisas que nós dizemos que queremos promover e depois não promovemos. O tratamento desta matéria pode ser perfeitamente enquadrável numa estratégia municipal para o comércio e para a cultura. E aí que nós devemos equacionar estas questões. Porque as feiras dos 28, os mercados que nós temos a funcionar, e que podem funcionar como bons meios de fornecimento local (e eu não estou nem sequer a sugerir que a câmara não pense nisso), mas estou apenas a dar a minha opinião e dizer que isso sim, numa perspectiva que se calhar nem é local e é regional, pode fazer sentido

para a afirmação dos mercados locais, à escala do distrito, à escala da CIRA ou à escala do que seja.

e o que é que eu quero dizer com isto? Porque a proposta cria alguns engulhos, talvez possamos tirar daqui alguns elementos que nos sejam úteis para a maneira como tratamos o território. Porque também aqui foi dito e que está aqui em causa, e já mesmo na discussão dos médicos e das unidades de saúde, estão em causa direitos. Direitos das pessoas.

Trabalhar menos horas, ter melhor qualidade de vida, ter direito ao descanso, vamos ver os limites para que isso permita que ainda assim as coisas funcionem, mas é isso que está em causa.

E por isso, peço desculpa pelo tempo, mas a minha posição mantém-se. Que é da forma como a proposta ou a Moção está feita, não me parece que seja fácil apoiá-la, mas do ponto de vista daquilo que aqui se pode tirar para propostas municipais parece-me que é válido que a tomemos como esse ponto de partida. Disse."

Vogal Glória Leite (PPD/PSD)⁰⁶⁴

(Saiu da sala a vogal Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira.)

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰⁶⁵

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁶⁶

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁶⁷

"Senhor Presidente, Senhores e Senhoras deputadas. Começar por dizer que isto existe em Portugal. Por exemplo Gaia que é paredes meias com a segunda maior cidade do país, existem grandes superfícies que encerram ao domingo.

Dizer igualmente que os grupos que operam em Portugal, encerram noutros países, nomeadamente falou-se aqui ser diferente da Península Ibérica, mas o Estado Espanhol, as grandes superfícies estão encerradas ao domingo como é prática por essa Europa fora. E, portanto, não é assim tão descabido, pensar numa medida como a que o Bloco de Esquerda aqui apresenta.

Também de realçar que quanto ao CDS, enquanto matéria de trabalhadores, nem uma palavra. Cada vez que se fala em cumprir direitos de trabalhadores vem a ameaça de despedimentos. Também já estamos habituados quanto a isso nada de novo.

Em relação ao Raul Martins. Dizer que lamento a forma como a apresentou a sua posição. Há formas de se dirigir a esta Assembleia não pareceu a mais correta — estando a favor ou contra a moção que aqui é apresentada.

Depois, se em outros setores há o trabalho ao domingo não é por haver um errado que isso faz um certo. E, portanto, se há a possibilidade deste município de este executivo, determinar que, para estes trabalhadores, onde, por várias vezes, em menos de um ano se têm manifestado a favor de se poder usufruir de um dia de descanso ao domingo, tipificado como dia de descanso, e este executivo poder ir de encontro às reivindicações destes trabalhadores, não vale a pena vir falar de outros setores.

Pode ou não, esta assembleia, a recomendar a este executivo que um dia de descanso que é pedido no setor da grande distribuição alimentar e do grande retalho, que passem a poder usufruir do dia de descanso ao domingo.

O tipo de cidade que que o Bloco de Esquerda quer. Quer era uma cidade cheia de gente, que não é o que acontece quando as pessoas se deslocam para estas grandes superfícies. Precisamente, quando é o alargamento de horário, lembrar que estas grandes superfícies podem estar abertas desde as 6 da manhã às 24 horas todos os dias.

E, portanto, não nos parece que encerrar ao domingo ou melhor não é o estar aberto que torna vivo os centros das cidades, pelo contrário. Os aglomerados de gente concentram-se nestes espaços fechados, privados, onde nada se disputa em relação ao espaço público. Dizer também à senhora deputada do PSD que está aqui com mandato popular. Tem alguma crítica ao mandato que lhe foi dado e se tem algum problema em estar aqui a discutir um ponto, que vale tanto como qualquer outro ponto agendado nesta sessão, tem que falar com quem a convidou para as listas e com quem e deve uma palavra de justificação a quem a elegeu.

Portanto, do que foi dito aqui, ficou apontado que a pretensão que é dada a estes trabalhadores não colhe nesta assembleia. E que lamentamos que não haja abertura para que o município de Aveiro seja pioneiro na forma em como se concretizam direitos laborais e na forma como se respeita o direito ao descanso e ao lazer dos trabalhadores deste setor. Disse."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁶⁸ ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação "Encerramento das Grandes Superfícies Comerciais aos Domingos e Feriados à tarde" – feita pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda, sendo a mesma rejeitada, com vinte e seis votos contra (PSD14+CDS6+PS6), quatro abstenções (PSD1+PS3), três votos a favor (BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Joaquim Oliveira (PS):⁰⁶⁹

"Esta é uma declaração de voto individual. A recomendação foi rejeitada porque desde sempre não teve pernas para andar. Todavia tem contornos interessantes e que sugerem que no futuro nós tenhamos as grandes superfícies e outras situações encerradas ao domingo à tarde. Até por carácter cultural e muitas outras razões. Daí a minha abstenção. Obrigado."

Vogal Marília Martins (PS)⁰⁷¹

"Também pedi à minha bancada para me justificar. Eu absteve-me principalmente porque considero que a proposta apresentada contém princípios que eu defendo. E eu não estaria bem com a minha consciência porque há um trabalho com público alvo que esta problemática atinge consideravelmente. E por isso, como estou aqui, já como vários camaradas meus disseram, como cidadã, a minha posição teria de ser nesse sentido porque se não estaria bem comigo e com a minha consciência como cidadã e como profissional.

E se me permite Senhor Presidente, gostaria de deixar uma manifestação, porque o meu voto também é complementado por isso, é que seja qualquer que seja a bancada, seja qual for o partido que apresente aqui uma proposta, eu que defendo o bom humor na política, mas a crítica destrutiva e algum sarcasmo não fica bem.

Eu gostaria de defender perante as pessoas com quem trabalho, portanto a cidadania ativa, e fico um pouco triste que haja posições desse tipo que não deixam que a democracia sobressaia. Muito obrigada."

(Reentrou na sala a vogal Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira.)

Presidente da Mesa:⁰⁷⁴

"Antes de encerrar os trabalhos queria manifestar-vos o seguinte. No sentido de uma intenção manifestada logo no início deste mandato e em estreita colaboração com o

Senhor Presidente da Câmara, iremos tentar e desenvolver esforços no sentido de haver alguma itinerância nas sessões desta assembleia municipal. Portanto oportunamente os senhores deputados serão informados e desde já espero a vossa colaboração no sentido de algum menor conforto que certamente iremos ter, em favor de uma maior proximidade às populações das várias freguesias. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando qualquer oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,⁰⁷² não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por maioria, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁷³ deu por encerrada a Sessão Ordinária Junho.

Eram 22:30 horas do dia 06 de Julho de 2018.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(02:00)